

Dar Visibilidade Científica a Assuntos na Sombra: Contribuições Mútuas entre os Estudos de Género e a Investigação Qualitativa

Sofia Bergano¹,Cristina C. Vieira²

¹Departamento de Ciências da Educação Escola Superior de Educação de Bragança, Portugal. sbergano@ibp.pt

²Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. vieira@fpce.uc.pt

Resumo. A relação entre os estudos de género, desenvolvidos sobretudo a partir de perspetivas feministas, e as metodologias qualitativas é o eixo matricial da reflexão a que este trabalho se propõe. Os estudos de género têm contribuído para a construção de um conhecimento crítico que põe em causa alguns dos pilares da investigação mais tradicional, designadamente, a independência entre o/a investigador/a e objeto de estudo, a neutralidade ideológica da ciência e a homogeneidade das categorias sociais. Neste sentido, é nossa intenção ilustrar os contributos dos estudos de género para a afirmação da investigação qualitativa e simultaneamente referir como é que estes desenvolvimentos, cujos pilares epistemológicos parecem entrar em contradição com os pressupostos positivistas de construção do conhecimento científico, permitem a apreensão e a análise da complexidade que caracterizam campo interdisciplinar dos estudos de género e áreas afins.

Palavras-chave: Estudos de género; metodologias qualitativas; epistemologias feministas; perspetiva crítica; interdisciplinaridade; interseccionalidade.

Giving scientific visibility to subjects in the shade: mutual contributions between gender studies and qualitative research

Abstract. The relationship between gender studies, developed especially from feminist perspectives, and qualitative methodologies is the matrix axis of reflection proposed in this chapter. Gender studies have contributed to the construction of a critical knowledge which tends to question some of the pillars of more traditional research, in particular, the independence of the researcher from his/her object of study, the ideological neutrality of science and the homogeneity of categories social. In this sense, it is our intention to illustrate the contributions of gender studies for the affirmation of qualitative research and simultaneously to highlight to how these developments, whose epistemological pillars seem to contradict the positivist assumptions of construction of scientific knowledge, enable the analysis of the complexity that characterizes the interdisciplinary field of gender studies and related areas.

Keywords: Gender studies; qualitative methodologies; feminist epistemologies; critical perspective; interdisciplinarity; interseccionality.

1 Introdução

Com este trabalho pretendemos refletir sobre a relação entre a investigação qualitativa e o campo interdisciplinar dos estudos de género, e para dar cumprimento a este objetivo tentaremos ilustrar as contribuições mútuas entre estes dois domínios do saber.

Os estudos de género, que por definição são desenvolvidos a partir de uma matriz qualitativa, produzem um conhecimento reflexivo que questiona os modelos mais tradicionais de fazer ciência no estudo dos fenómenos sociais e humanos. Esta postura reflexiva trouxe consigo umachamada de atenção para a relação entre quem faz investigação e o seu objeto de estudo, gerou discussãotambém em torno da suposta abordagem neutra da investigação e pôs em causa a crença na homogeneidade das categorias sociais formadas com base na pertença das pessoas a um dos sexos: homens ou mulheres. Todas estas contribuições se, por um lado, reforçam os pressupostos

epistemológicos das metodologias qualitativas, por outro, só foram ganhando expressão na comunidade científica, na medida em que se foram generalizando as abordagens mais interpretativas e críticas características da investigação qualitativa.

Sabe-se que as problemáticas associadas às questões de género são marcadas pela complexidade, uma vez que são fortemente influenciadas pela educação, pela socialização e por todas as diferenças individuais subjacentes às idiossincrasias dos/das participantes e dos seus percursos de vida. Sendo o género um eixo da organização social, muitas vezes gerador de desigualdades, ele pode ser, por isso, também entendido como uma matriz de análise da realidade, que faz depender a sua eficácia da possibilidade de ouvir em discurso direto as pessoas que participam nas investigações, que são protagonistas das situações e contextos que a ciência pretende compreender, não sendo possível construir conhecimento útil e potencialmente emancipatório para todas as partes, sem dar voz e lugar aos significados particulares.

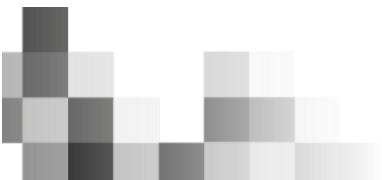
A imersão na complexidade da relação dialética entre o sujeito enquanto ser individual e o contexto em que se desenvolve e no qual participa pressupõe a utilização de metodologias de forte inspiração fenomenológica e hermenêutica que, quando perspetivam a realidade social como dinâmica e coconstruída pelos sujeitos, exige que investigar seja um processo que parte da vida das pessoas estudadas, das interpretações que fazem das suas circunstâncias, das justificações que utilizam para legitimar as suas escolhas e dos recursos culturais de que dispõem para construírem as narrativas que dão sentido às suas vidas.

Ora, quando se entende a realidade como dinâmica, construída e valorativa é imperativo o afastamento do paradigma positivista de investigação científica, que perspetiva a realidade como algo mais estático, praticamente fora do sujeito cognoscente, e que assenta numa visão nomotética dos fenómenos sociais e humanos, imprimindo-lhes através da preocupação em estabelecer leis gerais uma regularidade que eles parecem não ter. Neste posicionamento a investigação qualitativa permite valorizar as experiências de vida dos/das participantes e a interpretação que fazem delas, os significados que lhe atribuem, assim como as convicções e ideologias que lhes estão subjacentes, podendo haver da parte de quem conduz a pesquisa não apenas a finalidade de interpretar, mas também motivações políticas, de mudança social e de valorização do conhecimento endógeno das pessoas e comunidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida destas.

A investigação qualitativa engloba uma grande diversidade de propostas metodológicas que se fundamentam em orientações filosóficas e epistemológicas igualmente variadas. Contudo, entre as vastas possibilidades e tipos de investigação qualitativa verificamos algumas regularidades, designadamente, na observância de certos pressupostos básicos que lhe conferem uma certa unidade. É nesta sequência que nos parece relevante começar por apresentar, ainda que em traços muito gerais, as características da investigação qualitativa. De seguida propomos uma reflexão sobre a inter-relação entre a investigação e o vasto campo dos estudos de género, a partir das características enunciadas, dando exemplo de assuntos pouco explorados pela ciência tradicional, que deixavam de fora das preocupações científicas pessoas de ambos os sexos e grupos sem voz, mas com problemáticas específicas.

2 Características da Investigação Qualitativa

Opondo-se a uma visão unitária de construção de conhecimento, a investigação qualitativa é caracterizada pela diversidade de tendências filosóficas e epistemológicas, que justificam e fundamentam a utilização de vários métodos e técnicas de investigação, sendo o processo de pesquisa interativo, flexível e passível de envolver quem é estudado como co investigador, numa



lógica de partilha de poder e de maior democraticidade na tomada de decisão acerca das etapas da pesquisa científica.

Deste modo, e de uma forma geral, podemos considerar que a investigação qualitativa, como opção metodológica, pressupõe uma aproximação interpretativa e naturalista ao objeto de estudo (Silverman, 1993; Denzin & Lincoln, 1994; Amado, 2014)e,para além disso,oferece a possibilidade de partir do discurso dos/das participantes, dando-lhes voz, o que permite aceder à interpretação e atribuição de significado que os/as participantes fazem das suas vidas, numa tentativa de traduzir para a comunidade científica (perspetiva ética), numa ‘linguagem de segunda ordem’, as visões e significações que as pessoas estudadas expressam (perspetiva émica), sendo estas a chamada ‘linguagem de primeira ordem’.

Vários autores (e.g., Denzin & Lincoln, 1994;Mills&Birks, 2014) têm descrito o percurso histórico de desenvolvimento da investigação qualitativa e, neste processo, dão conta da sua relação com os estudos de género. É nesta sequência que nos parece relevante traçar, de forma geral, alguns dos objetivos fundamentais da investigação qualitativa. Do ponto de vista epistemológico, a investigação qualitativa permite a construção de um conhecimento holístico que assenta numa interpretação dos acontecimentos a partir do ponto de vista dos participantes, colocando-os no centro do foco do processo investigativo e dando-lhes a possibilidade de partilhar o poder de conduzir a investigação.

Desta forma, o objetivo dos estudos de cariz qualitativo é a análise de casos ou situações particulares, desvalorizando os processos de generalização tão caros aos modelos mais tradicionais de investigação tributários dos paradigmas positivistas.

A investigação qualitativa tem ganhado expressão à medida que os paradigmas estruturo-funcionalistas têm sido alvo de críticas. Críticas que se fundamentam, essencialmente, na constatação de que estas perspetivas têm demonstrado fragilidades evidentes face à crescente aceitação da relatividade do conhecimento e da pluralidade das formas de pensar, ser e agir, que não podem ser compreendidas sem levar em conta os contextos particulares onde se manifestam, sejam eles sociais, económicos, políticos, religiosos ou de outra natureza.

No que respeita ao objetivo da investigação, Stake (2007) refere que a pesquisa qualitativa visa a compreensão dos fenómenos, enquanto que a explicação dos fenómenos é o objetivo das investigações de carácter quantitativo. De acordo com o autor, a distinção entre a investigação quantitativa e a investigação qualitativa não está apenas relacionada com a natureza dos dados “mas sim com a diferença entre procurar causas *versus* procurar conhecimento” (p. 53). Este facto está, intimamente, relacionado com a própria visão e conceção do conhecimento e do ato de conhecer. Neste sentido, verifica-se a diferença entre descobrir o conhecimento (numa perspetiva quantitativa) e construir o conhecimento (numa perspetiva qualitativa). Na mesma linha, também Guba e Lincoln (2005) identificam a compreensão e a reconstrução como finalidades da investigação para o paradigma construcionista, a predição e o controlo para a investigação positivista e pós-positivista, e a crítica e a transformação social como finalidade da investigação crítica.

Assim, a pesquisa qualitativa procura a compreensão das inter-relações entre tudo o que existe e que de alguma forma está presente na situação a estudar, uma vez que esta está inserida num determinado contexto que não é separável do que se pretende estudar. Neste sentido, Vilelas (2009) afirma que “os estudos qualitativos consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (p. 105) e esta relação entre o mundo objetivo e a subjetividade inerente ao sujeito não é suscetível de ser traduzida ou apreendida através dos processos inerentes à investigação quantitativa. Desta forma, a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significado são objetivos fundamentais da investigação qualitativa. É, portanto, a experiência humana o foco central deste tipo de pesquisa, propondo uma abordagem holística das questões a abordar, uma vez que as realidades são encaradas como dinâmicas e construídas, podendo sofrer alterações se os alicerces onde assentam mudarem.

Sublinhamos, em síntese, que a investigação qualitativa se afasta das tentativas de estudar as regularidades nos processos de funcionamento social e procura valorizar as situações contextuais e situacionais que permitem aos participantes nos estudos organizar as suas narrativas pessoais (Bergano, 2012). Na secção seguinte deste trabalho propomos um exercício reflexivo que procura articular as características da investigação qualitativa com os estudos de género, dando conta de possíveis influências mútuas e da importância das metodologias qualitativas para o desenvolvimento deste campo interdisciplinar do saber e também para os estudos sobre as mulheres e feministas.

3 Da Inter-relação entre Estudos de Género e Investigação Qualitativa

Iniciamos este itinerário reflexivo com a necessidade de centrar a investigação na vida das pessoas e nos seus discursos sobre ela. Denzin e Lincoln (1994) traçam, como já tivemos oportunidade de referir, o percurso de desenvolvimento da investigação qualitativa e nele situam a influência do feminismo no segundo momento de desenvolvimento, que designam de Período Moderno (entre o pós-guerra e a década de 70 do século XX). De acordo com estes autores, esta influência é, sobretudo, teórica, uma vez que, em conjunto com a teoria crítica, valoriza a importância de dar voz aos/as que se encontram em situação de desfavorecimento social. Estas perspetivas assentam na valorização do realismo social, já no início do séc. XX evocado pela Escola de Chicago, na importância dada à investigação da vida quotidiana e na constatação de que é necessário visibilizar, através da investigação, a voz de quem, normalmente, não é ouvido.

A este respeito, as autoras portuguesas Fonseca, Araújo e Magalhães (2000) referem a existência de um forte movimento em defesa das metodologias qualitativas pelas investigadoras feministas, uma vez que este tipo de investigação permite aceder às experiências das mulheres, dando-lhe voz, e permite também convocar as suas subjetividades. Acrescentamos ainda que, de acordo com Glenn (2002), “se aceitarmos que o género é uma variável, teremos que estar conscientes de que ela não é fixa mas em contínua construção e reconstrução” (citada por Olesen, 2005, p. 241). Num quadro marcadamente pós-moderno em que se compreendem os acontecimentos e fenómenos sociais como inseparáveis de um determinado contexto sociocultural em que o sujeito é construído e se constrói, a investigação qualitativa afigura-se como uma proposta metodológica e, consequentemente, epistemológica adequada à análise da complexidade das questões de género e da interseccionalidade – a interação do género com outras distinções sociais e formas de poder – que este campo do saber visibiliza e tenta desconstruir.

A postura teórica apresentada exige metodologias que se centrem nas pessoas e nas suas vidas e, neste pressuposto, a análise das histórias de vida ganha destaque, uma vez que permite ao autor-investigador o poder de representar a história de quem a conta e é por si ouvido. Quando este pressuposto se torna matricial, o sujeito, que nas perspetivas mais tradicionais de investigação é visto como objeto de estudo, adquire um novo estatuto epistemológico (Amado, 2014) e passa a ser concetualizado como participante na/da investigação. À medida que se dá voz à pessoa que se estuda, a investigação deixa de ser sobre ela e passa a ser investigação com ela e, neste sentido, é conquistado por quem é estudado um estatuto de ator na produção de conhecimento. A pessoa estudada é convidada a interpretar-se e a interpretar o mundo, e desta forma a investigação torna-se um processo de flexibilidade dialética entre o/a investigador/a e o/ participante na investigação.

Referindo-se em específico aos estudos sobre as mulheres, Fonseca, Araújo e Magalhães (2000) referem que nestes se parte de uma perspetiva em que o objeto de análise não é passivo. Está, pelo contrário, em constante modificação em função de quem o observa, o que transforma a relação do/a investigador/a com o objeto investigado e coloca em causa a premissa positivista de não influenciar os fenómenos enquanto se investiga.

Nesta linha de pensamento, parece-nos relevante sublinhar que as epistemologias feministas e as epistemologias da cor (p.e., Tyson, 1998 e Lather, 2006) questionam a concepção tradicional de verdade o que, em consequência, trouxe consigo uma reconceptualização da objetividade, problematizou o compromisso com o colonialismo, questionou a visão da vida social como resultado de uma estrutura fixa de rituais e costumes, entre outras concepções que organizavam e estruturavam o pensamento e a prática investigativa.

Neste novo contexto, questões como a validade, a fiabilidade e a objetividade tornam-se centrais nas preocupações dos investigadores. A principal preocupação relaciona-se com o processo da escrita e com a necessidade de se incorporar na investigação uma dimensão reflexiva feita pelo próprio investigador, o que se traduz na construção da narrativa da própria experiência de investigação que deve resultar de um processo sucessivo de fases de autorreflexão.

A influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo despoletou uma “viragem linguística que trouxe à investigação qualitativa a problematização de dois dos seus pressupostos-chave”(Bergano, 2012, p. 181). O primeiro pressuposto estava relacionado com a convicção da possibilidade das experiências de vida poderem ser captadas através dos processos de investigação; colocou-se em causa o pressuposto de que o que é capturado pela investigação ser a própria experiência de vida, ou apenas, uma representação da vida que resultava da construção do texto produzido através do processo de investigação. Esta questão encerra em si a própria essência da crise da representação.

O segundo pressuposto colocado em causa pelo pós-estruturalismo e pelo pós-modernismo, estava relacionado com os critérios de qualidade da própria investigação. Questões como a validade, a fiabilidade e a generalização dos resultados das investigações foram, novamente, colocadas na arena da discussão, o que desencadeou uma nova reconceptualização destes conceitos. Neste contexto, e em consequência das ruturas descritas, colocou-se a questão de como deveria ser avaliada a qualidade dos estudos qualitativos. E, a este propósito, Denzin e Lincoln (1994), referem que a resposta a esta questão pressupõe que cada investigação, que constituía em si uma representação, tivesse que se legitimar a si mesma. Esta legitimação da investigação passaria, então, pela necessidade de estabelecer um conjunto de critérios que permitam ao autor e também ao leitor, fazer as conexões entre o texto e o mundo que o texto representava. Por outro lado, confere-se agora à relação entre investigador/a e participante uma proximidade bem distinta da preconizada na investigação mais tradicional.

Na análise do desenvolvimento da investigação qualitativa, Denzin e Lincoln (2005) referem uma tripla crise que promoveu novos desenvolvimentos na investigação qualitativa. Esta tripla crise acrescenta, às já anteriormente referidas crise da representação e crise da legitimação, a crise da praxis. As duas primeiras ruturas constituíram e deram corpo à terceira que se relacionava com o comprometimento da investigação qualitativa com a mudança social. A questão que se coloca está relacionada com a capacidade e possibilidade de mudar o mundo através dos processos de pesquisa. Na sequência da fase anterior, surge o quinto momento de desenvolvimento da investigação qualitativa. Denzin e Lincoln (1994) referem-no como sendo caracterizado pela emergência de investigações claramente orientadas para o ativismo, fundamentadas em epistemologias específicas dos grupos anteriormente silenciados. Estas investigações valorizavam as narrativas locais, o que deu origem a teorias de pequena escala que tinham em conta a especificidade dos problemas analisados e das situações em que ocorriam. Um outro aspeto que, de acordo com estes autores (Denzin e Lincoln, 2005), representava esta fase de desenvolvimento da pesquisa qualitativa era a tentativa de dar sentido a estas ruturas, assim como a aceitação e difusão da ideia de que não existe investigação neutra.

Denzin e Lincoln (2005) acrescentam ainda que a investigação qualitativa não pode ser entendida como um tipo de investigação neutra e objetiva, no sentido da perspetiva positivista, já que fatores

como a classe, a pertença sexual, a etnia transformaram a investigação num processo necessariamente multicultural e multi-identitário.

Um outro aspeto que gostaríamos de referir é a constatação de que a forma como o/a investigador/a se posiciona do ponto de vista teórico, epistemológico e metodológico esconde, ou revela, a biografia pessoal do/a próprio/a investigador/a, tal como referiu a investigadora negra Obasi (2014), ao dar conta dos dilemas de quem é interno ou externo ao grupo estudado, ainda que possa ter sofrido o mesmo tipo de discriminações que estão a ser alvo de análise e interpretação. Assim, estamos perante a tomada de consciência e a aceitação de que o investigador representa uma perspetiva marcada pela pertença a uma determinada classe, sexo e etnia. Ou seja, o investigador aborda o mundo com um certo conjunto de ideias, com um determinado enquadramento (teoria), levanta um conjunto de questões (epistemologia) e investiga de uma determinada forma (metodologia). Todos os investigadores falam e escrevem de acordo com um ponto de vista, mais ou menos, partilhado com uma comunidade que, por sua vez, é caracterizada pela sua história e tradição investigativa. No entanto, não podemos esquecer que as preocupações com a credibilidade da investigação estão presentes ao longo de todo este percurso de desenvolvimento da investigação qualitativa (Vieira, 1999) e que se traduz, naturalmente, na credibilidade do conhecimento produzido através das metodologias qualitativas.

Neste enquadramento, Olesen (2005) refere que os estudos que se situam no *standpoint* feminista colocaram em primeiro plano o conhecimento emergente de situações e experiências específicas das mulheres e, de acordo com Tavares, Coelho e Góis (2006), permitiram, também, dar expressão teórica às reivindicações dos movimentos feministas. Neste sentido, os pontos de vista são concetualizados como realizações e/ou conquistas, simultaneamente, cognitivas, emocionais e políticas, produzidas através de uma determinada experiência localizada num dado contexto sócio histórico, que se constroem através do recurso a práticas discursivas coletivas e não-inocentes. Mais uma vez se dissolve o conceito de mulher essencial e universal que é substituído pela ideia da mulher situada num contexto particular, com experiências e conhecimentos específicos, com um lugar na divisão social do trabalho e nos sistemas de estratificação social e racial. O mesmo se poderá dizer dos estudos de género ou mesmo dos estudos sobre as masculinidades (cf. Ostrouch-Kaminska & Vieira, 2015), que trazem também para o centro do debate o questionamento da categoria social dos homens e algumas das problemáticas específicas deles, desconstruindo a utopia da homogeneidade de características associadas neste caso ao masculino (estudos sobre as masculinidades) ou ao masculino e ao feminino (estudos de género). É ainda posta em causa, através do conhecimento cientificamente construído, a associação do que socialmente se considera feminino e masculino à categoria sexual de cada pessoa, reiterando a natureza construída das identidades individuais e afastando qualquer visão essencialista para a sua explicação.

Estamos, portanto, perante uma postura que implica as reivindicações do conhecimento socialmente localizado, e também o reconhecimento de que algumas situações sociais, especialmente as referentes aos grupos que se posicionam nas franjas mais desfavorecidas da hierarquia social e económica, são muito profícuas como ponto de partida para a procura de um conhecimento referente não apenas a determinadas mulheres ou homens em particular, mas também para compreender situações vivenciadas por muitas outras e muitos outros.

A investigação no domínio do género é muito diversa e tributária de influências múltiplas, no âmbito teórico, epistemológico, político e praxiológico. Na descrição do percurso e diversidade da investigação feminista, Olesen (2005) identifica desenvolvimentos teóricos e concetuais que fundamentam uma investigação de cariz qualitativo, muito orientada para uma abordagem holística das questões do género. A título de exemplo podemos referir os estudos pós-coloniais que criticam a incessante alvura (*Unremitting Whiteness*, no original) presente nos estudos feministas das sociedades ocidentais e industrializadas, o que levantou a pertinente questão da “unidade e

homogeneidade da categoria das mulheres” (Olesen, 2005, p.241). Esta distinção entre mulher e mulheres pressupõe que o feminino pode tomar diferentes formas de acordo com o contexto, o que, de resto já havia sido referido, do ponto de vista teórico por Scott (1986) e por Butler (1990). Este facto implica, necessariamente, a contextualização cuidada dos fenómenos a observar, só possível através de uma abordagem qualitativa.

No caso específico dos estudos sobre as mulheres, o que se põe em causa é a pertença de todas as mulheres a uma categoria abstrata de mulher. Assim, assiste-se ao retalhar do conceito de mulher, o que, para se poder contrariar, acaba por fundamentar as estratégias de investigação que dão voz às mulheres, enquanto sujeitos particulares, num determinado contexto, como é o caso, por exemplo, da recolha de dados através da entrevista em profundidade, que permite centrar a investigação na idiossincrasia das participantes e aceder à interpretação que fazem de si mesmas e das circunstâncias das suas vidas.

O reconhecimento das diferenças entre mulheres emergiu também nos movimentos associados aos direitos das pessoas com deficiência, nomeadamente, com os contributos de publicações de mulheres feministas que, simultaneamente, eram portadoras de deficiência. Olesen (2005) refere o trabalho de Gill (1997) para ilustrar a invisibilidade e a desvalorização social das mulheres com deficiência. Neste sentido, Olesen (2005) acrescenta que a emergência da investigação acerca destas mulheres levanta uma questão problemática ao feminismo, chamando a atenção de que existe uma tendência para negligenciar a mulher como tendo estatutos múltiplos, em vez de a verem apenas como mulher portadora de deficiência. Este aspeto contribui para a constatação da diferença no interior da categoria das mulheres e, simultaneamente, salienta a importância da consideração do efeito da interseccionalidade na abordagem das questões relativas às mulheres, o que sublinha, mais uma vez, as complexidades que as questões de género envolvem.

Järviluoma, Moisala e Vilkkö (2003), na sua obra intitulada *Gender and Qualitative Methods*, fazem a associação das metodologias qualitativas diretamente aos estudos de género. Nesta obra, as autoras sublinham que o conhecimento produzido através das metodologias de investigação de cariz qualitativo permitem que as questões de género sejam integradas no quadro mais amplo que diz respeito ao contexto social em que ocorrem, possibilitando, deste modo, uma análise que procura não fragmentar a realidade social e respeitar a complexidade que lhe é inerente. Mas já anteriormente Fonseca, Araújo e Magalhães (2000) sublinharam o debate crítico desenvolvido pelas investigadoras feministas acerca da epistemologia e da metodologia feministas, como e disse atrás. Para estas autoras, o que distingue a epistemologia e a metodologia feministas não é a utilização de um método especificamente feminista é, antes de mais, o foco da pesquisa que se centra na vida das mulheres. Assim, é a partir deste foco que se selecionam os métodos e as técnicas de recolha de dados e se constrói o conhecimento. Desta forma, acrescentamos nós, que partir da vida das mulheres pressupõe uma postura aberta à diversidade e à particularidade das mesmas, numa dimensão e expressão plurais, o que aponta para a diversidade e complexidade da investigação no âmbito das questões de género.

De acordo com Olesen (2005), a complexidade e a controvérsia caracterizam a investigação feminista, uma vez que o questionamento constante acerca do próprio conhecimento, dos espaços e processos associados à sua obtenção, continuam a estar presentes e marcam indelevelmente a produção científica neste domínio. Como exemplo da diversidade e complexidade da investigação feminista, a autora refere o pensamento feminista pós-colonial, a investigação associada aos processos de globalização, a pesquisa lésbica, os estudos acerca de mulheres portadoras de deficiência e o *standpoint* feminista, como já tivemos oportunidade de referir.

No que diz respeito à pesquisa lésbica, a mesma autora refere a importância de distinguir os estudos sobre a sexualidade como objeto de estudo e os estudos que fazem da sexualidade um conceito central. Deste modo, a autora refere que o primeiro tipo de investigações dissolve a visão

homogênea das lésbicas e o segundo concetualiza a sexualidade como fundamental para a compreensão da desigualdade de género e como marca de alteridade. Neste sentido, a identidade sexual é apontada como performativa em vez de ser entendida como outorgada, atribuída ou prescrita socialmente, o que contribuiu decisivamente para o questionamento da conceção dualística de género que, durante décadas, esteve subjacente ao pensamento feminista. A este respeito, destacamos os trabalhos de Butler (1990), anteriormente referidos, em que a autora aprofunda o conceito de género e coloca em causa a homogeneidade das categorias homem e mulher e questiona a visão dualista em que tradicionalmente emergiam estas questões e que ainda estão na base de múltiplas invisibilidades e discriminações, sofridas por mulheres, mas também por homens.

No que se refere à pesquisa *Queer*, Olesen (2005) destaca que o próprio termo *Queer* é utilizado como sinónimo de identidade sexual homossexual, num sentido de afirmação que questiona as normas que envolvem o casamento heterossexual. Neste sentido, designa a existência de homens e mulheres homossexuais que se recusam a assimilar a cultura descrita como *gay* e simultaneamente a cultura heterossexual que consideram opressiva. De acordo com Miskolci (2009), a teoria *Queer* compreende a sexualidade como socialmente construída, partilhando esta conceção com diversas ciências sociais, contudo, demarcou-se, criticamente, das suas posições no que diz respeito à justaposição da ordem social e da heterossexualidade. Segundo este autor, o pressuposto heterossexista estaria presente no pensamento sociológico, até meados da década de 90 do século XX, mesmo nas investigações sobre sexualidades não-hegemónicas. Assim, a própria designação (*Queer*) é também uma afirmação política, uma forma de resistência, na medida em que os estudos em causa se auto designam com o recurso a uma expressão conotada negativa e agressivamente. A teoria *Queer* traz consigo implicações diretas para a investigação feminista e para o reconhecimento das complexas contribuições da raça/etnia e da classe social na afirmação e expressão da(s) identidade(s), que se concetualizam numa perspetiva crítica e desconstrutivista, o que coloca em causa a essencialidade e a estabilidade da própria identidade. Deste modo, reforça-se o questionamento da estabilidade das categorias de homem e de mulher.

Para terminar esta reflexão sobre a inter-relação entre investigação qualitativa e o vasto campo dos estudos de género e afins gostaríamos de retomar as questões associadas às preocupações éticas e políticas. Se, por um lado, elas já foram referidas ao longo deste percurso, ainda que de uma forma mais ou menos implícita, parece-nos fundamental sublinhar em forma de síntese alguns aspetos, designadamente as questões de poder e da sua legitimação, as questões da cidadania íntima e da cidadania global que estas temáticas envolvem, e a dimensão reflexiva e emancipatória potenciada por estes temas e sobretudo pelas epistemologias e práticas investigativas a que recorrem e nas quais se alimentam e consolidam.

A respeito das implicações políticas da investigação feminista e da própria multiplicidade de feminismos, Oliveira (2014) convoca os *feminismos de sombra* que denunciam a cumplicidade entre o feminismo de matiz liberal e neoliberal com “projetos coloniais, racistas e de opressão” (p. 70). O trabalho a que nos referimos chama a atenção para a necessidade de uma profunda reflexão sobre a diversidade de conhecimento produzido, sobre a complexidade desta área de estudo e para as implicações éticas da investigação. Importa, pois, ter esta consciência, sendo fundamental a construção de espaços de debate, de construção de pontes mas, simultaneamente, de limitar fronteiras, pois é importante perceber que nem todo(s) o feminismo(s) protege(m) ou defende(m) toda(s) a(s) mulher(es) e todo(s) o(s) homem(ns). Importa ir percebendo o que se revela e também o que se esconde em cada uma das múltiplas leituras que são convocadas nos estudos de género, uma vez que esta diversidade tem um potencial incomparável, se a olharmos como desencandadora de reflexividade. Não nos podemos esquecer da interação entre pertença sexual, classe social, religião e etnia, assim como urge fazer uma leitura crítica da organização social e dos eixos de privilégio e de subordinação que caracterizam as relações entre as pessoas e as organizações sociais. É nesta

complexidade que as pessoas singulares se tornam mulheres e homens e é também nesta realidade dinâmica que interpretam os seus potenciais de realização, os seus direitos de cidadania, o seu corpo e a sua narrativa identitária.

4 Conclusões

Um aspeto que gostaríamos de salientar é a constante referência teórica aos estudos de género na literatura consultada relativa às questões metodológicas, que apontam inequivocamente (ainda que não exclusivamente) para abordagens de cariz qualitativo. Esta associação está relacionada com o desenvolvimento teórico dos estudos de género que indicam a cada vez maior relevância dada às idiossincrasias individuais e contextuais no aprofundamento destas questões. Assim, torna-se fundamental a desconstrução da categoria das mulheres, mas também a categoria dos homens, enquanto grupos homogêneos e historicamente estáticos, e a consideração de que o estudo das questões associadas ao género requer uma abordagem que considere outros vetores de análise do poder e outros eixos de referência identitária como, por exemplo a classe social, a etnia, a religião e os contextos histórico-culturais em que as pessoas e as relações entre elas se manifestam e desenvolvem.

Perceber o género como relacionado com tal constelação de fatores que se influenciam reciprocamente e que, deste modo, configuram cenários sociais marcados pela complexidade e, especialmente, pela especificidade, exige que as abordagens metodológicas tenham em conta esta especificidade. E, é nesta medida, que as metodologias qualitativas têm sido cada vez mais utilizadas na abordagem destas questões, já que valorizam os contextos em que os fenómenos observados ocorrem e as especificidades que lhe são inerentes.

Um outro aspeto que tem contribuído para a crescente utilização das metodologias qualitativas nos estudos de género, assim como nos estudos feministas e sobre as mulheres, está relacionado com a valorização da perspetiva que os participantes têm acerca da forma como a ordem social de género marca as suas vidas e como estes processos são interpretados pelos participantes, o que seria difícil de alcançar através das estratégias de recolha de dados quantitativas que recorrem normalmente a processos de standardização que eliminam (ou limitam) a visibilidade das idiossincrasias de certas pessoas (quase todas) e grupos. Desta forma, torna-se evidente a associação entre as abordagens teóricas e empíricas em torno das problemáticas de género e as opções metodológicas de inspiração qualitativa. Esta ligação estreita tem dado, em nosso entender, também um impulso ao continuado desenvolvimento de estratégias não quantitativas de construção do conhecimento, já que a interdisciplinaridade daquela área do saber tem trazido para o cenário científico temáticas anteriormente invisíveis, que pareciam estar à margem, até há poucas décadas atrás, das preocupações mais inspiradas pelas visões tradicionais e dominantes de ciência, que têm produzido o chamado 'conhecimento mainstreaming'.

Referências

- Amado, J. (Org.) (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar-se Mulher: Ser e tornar-se mulher: Educação, geração e identidade de género*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Educação

Permanente e Formação de Adultos, apresentada à faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.) *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications, pp. 1-18.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2005). Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.) *The Sage Handbook of Qualitative Research* (third edition). London: Sage Publications, pp. 1-32.

Fonseca, L., Araújo, H., & Magalhães, M. J. (2000). Integrando as metodologias qualitativas na sua contribuição para o campo educativo e de estudos sobre as mulheres. In *Actas do Seminário Internacional Coeducar para uma sociedade inclusiva*. Lisboa: CIDM, pp. 133-146.

Guba, E., & Lincoln, Y. (2005). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. Denzin & Y. Lincoln (edt.) *The Sage Handbook of Qualitative Research*, (third edition). London: Sage Publicatios, pp. 191-215.

Järviluoma, H., Moisala, P. & Vilkkko, A. (2003). *Gender and Qualitative Methods*. London: Sage Publications.

Lather, P. (2006). Paradigm proliferation as a good thing to think with: teaching research in education as a wild profusion. *International Journal ods Qualitative Studies in Education*, 19,1, 35-57.

Ostrouch-Kaminska, J. & Vieira C. C. (Eds.) (2015). *Private World(s). Gender and Informal Learning of Adults*. The Nertherlands: Sense Publishers.

Mills, J. & Birks, M. (2014). Introducing Qualitative Research. In J. Mills & M. Birks (Eds.). *Qualitative Methodology: a practical guide*. London: Sage, pp. 3-15.

Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, ano 11, n.º 21, 150-182.

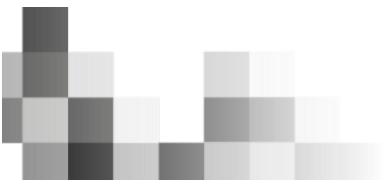
Obasi, C. (2014). Negotiating the insider/outsider continua: A Black female hearing perspective onresearch with deaf women and Black women. *Qualitative Research*, 14(1), 61–78.

Olesen, V. (2005). Early Millennial Feminist Qualitative Research: Challenges and Contours. In N. Denzin & Y. Lincoln (Edt.) *The Sage Handbook of Qualitative Research* (third edition). London: Sage Publicatios, pp. 235-278.

Oliveira, J. M. (2014). A necropolítica e as sombras na teoria feminista. *Ex aequo*. n.29, 69-82.

Scott, J. (1986). Gender: a usefull category of historial analysis. *The American Historical Review*, vol 91, No. 5 (Dec, 1986), 1053-1075.

Silverman, D. (1993). *Interpreting qualitative data: Methods for analysing talk, text and*



interaction. London: Sage.

Stake, R. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tyson, C. (1998). A response to “Coloring Epistemologies: Are our qualitative research epistemologies racially biased?”. *Educational Researcher*, 27, 21-22.

Vieira, C. C. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIII, 2, 89-116.

Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.